



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista de Controle Externo
Gestão de Pessoas

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 8.

O conceito de indústria cultural foi criado por Adorno e Horkheimer, dois dos principais integrantes da Escola de Frankfurt. Em seu livro de 1947, *Dialética do esclarecimento*, eles conceberam o conceito a fim de pensar a questão da cultura no capitalismo recente. Na época, estavam impactados pela experiência no país cuja indústria cultural era a mais avançada, os Estados Unidos, local onde os dois pensadores alemães refugiaram-se durante a Segunda Guerra.

Segundo os autores, a cultura contemporânea estaria submetida ao poder do capital, constituindo-se num sistema que englobaria o rádio, o cinema, as revistas e outros meios – como a televisão, a novidade daquele momento –, que tenderia a conferir a todos os produtos culturais um formato semelhante, padronizado, num mundo em que tudo se transformava em mercadoria descartável, até mesmo a arte, que assim se desqualificaria como tal. Surgiria uma cultura de massas que não precisaria mais se apresentar como arte, pois seria caracterizada como um negócio de produção em série de mercadorias culturais de baixa qualidade. Não que a cultura de massa fosse necessariamente igual para todos os estratos sociais; haveria tipos diferentes de produtos de massa para cada nível socioeconômico, conforme indicações de pesquisas de mercado. O controle sobre os consumidores seria mediado pela diversão, cuja repetição de fórmulas faria dela um prolongamento do trabalho no capitalismo tardio.

Muito já se polemizou acerca dessa análise, que tenderia a estreitar demais o campo de possibilidades de mudança em sociedades compostas por consumidores supostamente resignados. O próprio Adorno chegou a matizá-la depois. Mas o conceito passou a ser muito utilizado, até mesmo por quem diverge de sua formulação original. Poucos hoje discordariam de que o mundo todo passa pelo "filtro da indústria cultural", no sentido de que se pode constatar a existência de uma vasta produção de mercadorias culturais por setores especializados da indústria.

Feita a constatação da amplitude alcançada pela indústria cultural contemporânea, são várias as possibilidades de interpretá-la. Há estudos que enfatizam o caráter alienante das consciências imposto pela lógica capitalista no âmbito da cultura, a difundir padrões culturais hegemônicos. Outros frisam o aspecto da recepção do espectador, que poderia interpretar criativamente – e não de modo resignado – as mensagens que lhe seriam passadas, ademais, de modo não unívoco, mas com multiplicidades possíveis de sentido.

(RIDENTI, Marcelo. **Indústria cultural: da era do rádio à era da informática no Brasil**. In: Agenda brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 2011, p. 292 a 301)

1. No contexto, identifica-se relação de causa e consequência, respectivamente, entre
 - (A) o fato de Adorno e Horkheimer terem concebido o conceito de indústria cultural e o modo como pensaram a questão da cultura no capitalismo recente.
 - (B) o fato de tudo ter se transformado em mercadoria descartável no capitalismo recente e a arte ter sido desqualificada como tal.
 - (C) o caráter alienante da cultura hegemônica no capitalismo e a interpretação criativa que o espectador crítico desenvolve.
 - (D) a pequena amplitude da indústria cultural contemporânea e a resignação forçada dos consumidores diante da repetição de produtos e temas.
 - (E) a repetição de fórmulas culturais já desgastadas e o tédio dos consumidores diante da falta de opções instigantes.
2. O próprio Adorno chegou a matizá-la depois. (3º parágrafo)
... são várias as possibilidades de interpretá-la. (4º parágrafo)
... as mensagens que **lhe** seriam passadas... (4º parágrafo)
Os pronomes destacados acima referem-se, no contexto, respectivamente, a
 - (A) análise - indústria cultural contemporânea - espectador
 - (B) mudança - constatação - recepção
 - (C) análise - constatação - aspecto
 - (D) mudança - formulação original - espectador
 - (E) diversão - indústria cultural contemporânea - recepção
3. O segmento em que se restringe o sentido do termo imediatamente anterior encontra-se em:
 - (A) ... que poderia interpretar criativamente... (4º parágrafo)
 - (B) ... os Estados Unidos... (1º parágrafo)
 - (C) ... que assim se desqualificaria como tal. (2º parágrafo)
 - (D) ... padronizado... (2º parágrafo)
 - (E) ... que englobaria o rádio, o cinema, as revistas e outros meios... (2º parágrafo)



4. Uma **redação** alternativa para um segmento do texto, em que se mantêm a correção e a lógica, está em:
- (A) Alguns estudos reforçam o aspecto da recepção do espectador, o qual poderia interpretar criativamente as mensagens, adquirindo sentidos múltiplos de maneira não uniforme e não resignado.
 - (B) Mesmo que o conceito de indústria cultural tenha passado a ser muito utilizado, ainda haviam aqueles que discordavam de sua formulação.
 - (C) O controle sobre os consumidores seria mediado pela repetição de fórmulas, a qual faria que a arte, em vez de diversão representasse o prolongamento do trabalho no capitalismo tardio.
 - (D) Os pensadores alemães estavam, na época, sob o impacto da vida nos Estados Unidos, país que possuía a mais avançada indústria cultural e local onde se refugiaram durante a Segunda Guerra.
 - (E) A teoria proposta pelos pensadores alemães já foi muito discutida, e a partir dela o campo de possibilidade de mudanças nas sociedades compostas por consumidores resignados tenderiam a se estreitar demais.
-

5. Considerando-se o contexto, mantêm-se a correção e o sentido original substituindo-se

- (A) *conforme* por "como demonstra" (2º parágrafo).
 - (B) *además* por "em demasia" (4º parágrafo).
 - (C) *a fim de* por "para" (1º parágrafo).
 - (D) *acerca* por "quanto a" (3º parágrafo).
 - (E) *pois* por "por que" (2º parágrafo).
-

6. ... que enfatizam o caráter alienante das consciências...

O verbo que, no contexto, possui o mesmo tipo de complemento do sublinhado acima está empregado em:

- (A) ... *haveria* tipos diferentes de produtos de massa...
 - (B) *Surgiria* uma cultura de massas...
 - (C) *Poucos* hoje discordariam de que...
 - (D) *Não que* a cultura de massa fosse necessariamente igual...
 - (E) ... o mundo todo passa pelo "filtro da indústria cultural"...
-

7. ... no sentido de que se pode constatar a existência de uma vasta produção de mercadorias culturais por setores especializados da indústria.

Transpondo-se a frase acima para a voz passiva analítica, a forma verbal resultante será:

- (A) pode ser constatado.
 - (B) podem ser constatados.
 - (C) constata-se.
 - (D) pode ser constatada.
 - (E) constata-se.
-

8. As normas de concordância estão plenamente respeitadas em:

- (A) Cada uma das expressões dos produtos da indústria cultural reproduzem as pessoas tais como foram estereotipadas pela indústria como um todo.
 - (B) Na atual era da informática, o uso de computadores pessoais e de diversos recursos interativos levanta novas questões para a indústria cultural.
 - (C) Com o fim de preencherem todos os sentidos dos trabalhadores de modo útil ao capital, a cultura teria passado ao domínio da racionalidade administrativa.
 - (D) A história da indústria cultural, nos países de industrialização recente, confundem-se com as da própria implantação tardia da indústria.
 - (E) Como sistema mundial, a indústria da cultura não se restringe ao centro e impõem-se também em nações periféricas.
-



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 9 a 13.

Não surpreende que, em todo lugar, esteja em curso uma corrosão do sono, dada a dimensão do que está economicamente em jogo.

Já em meados do século XVII, a incompatibilidade do sono com noções modernas de produtividade passou a ser notada. Descartes, Hume e Locke foram apenas alguns dos filósofos que apontavam para a sua irrelevância na busca do conhecimento.

Última das "barreiras naturais", para usar a expressão de Marx, à completa realização do capitalismo "24 horas", o sono não pode ser eliminado. Mas pode ser arruinado e despojado, e existem métodos e motivações para destruí-lo.

Pesquisas recentes mostram que cresce exponencialmente o número de pessoas que acordam uma ou mais vezes durante a noite para verificar mensagens ou informações. Uma figura de linguagem recorrente e aparentemente inócua é o sleep mode [modo de hibernação], inspirada nas máquinas. A ideia de um aparelho em modo de consumo reduzido e de prontidão transforma o sentido mais amplo do sono em mera condição adiada ou diminuída de operacionalidade.

O dano ao sono é inseparável do atual desmantelamento da proteção social em outras esferas. Estado mais privado e vulnerável de todos, o sono depende crucialmente da sociedade para se sustentar. Um dos exemplos vívidos da insegurança do estado de natureza no Leviatã de Thomas Hobbes é a vulnerabilidade de um indivíduo adormecido diante dos inúmeros perigos de cada noite. Assim, uma obrigação rudimentar dos membros da comunidade é oferecer segurança para os que dormem, não apenas contra perigos reais, mas – igualmente importante – contra a ansiedade e temores que geram.

Diversos pressupostos fundamentais a respeito da coesão das relações sociais se aglutinam em torno da questão do sono – na reciprocidade entre vulnerabilidade e confiança, entre exposição e proteção.

(Adaptado de: **Revista Piauí**. Ed. 96, 09/14)

9. Depreende-se corretamente do texto:

- (A) O indivíduo adormecido, consoante a proposição de Thomas Hobbes, deve estar em constante estado de alerta ou "modo de hibernação", dada sua vulnerabilidade extrema.
- (B) O autor constata que a sociedade moderna deve aumentar a qualidade do sono de seus indivíduos, na medida em que este é compreendido como fenômeno fisiológico crucial para a saúde.
- (C) A figura de linguagem a que o autor se refere no quarto parágrafo contradiz a ideia de que o sujeito do capitalismo é valorizado pelo aumento de sua produtividade.
- (D) Marx corrobora a ideia dos filósofos citados, segundo a qual o sono, um obstáculo natural ao desenvolvimento pleno da sociedade capitalista "24 horas", é irrelevante.
- (E) A proteção e guarda de outros membros da sociedade é fundamental para que o indivíduo possa entregar-se ao sono, livre de preocupações e temores reais e imaginários.

10. O termo cujo sentido no contexto reflete o ponto de vista do autor do texto é:

- (A) *vulnerabilidade* (5º parágrafo).
- (B) *irrelevância* (2º parágrafo).
- (C) *despojado* (3º parágrafo).
- (D) *dimensão* (1º parágrafo).
- (E) *aglutinam* (6º parágrafo).

11. Atente para o que se afirma abaixo.

- I. No segmento *Mas pode ser arruinado e despojado, e existem métodos e motivações para destruí-lo* (3º parágrafo), uma vírgula pode ser acrescentada imediatamente após "métodos" sem prejuízo da correção e do sentido.
- II. O segmento *e aparentemente inócua* (4º parágrafo) pode ser isolado por vírgulas, sem prejuízo da correção.
- III. Sem prejuízo da correção e do sentido, as vírgulas que isolam o segmento *para usar a expressão de Marx* podem ser suprimidas. (3º parágrafo)

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) I e III.

12. A flexão do verbo destacado encontra justificativa no segmento sublinhado em:

- (A) ... uma obrigação rudimentar dos membros da comunidade é oferecer segurança para os que dormem.
- (B) Diversos pressupostos fundamentais a respeito da coesão das relações sociais se aglutinam em torno da questão do sono...
- (C) O dano ao sono é inseparável do atual desmantelamento...
- (D) ... não apenas contra perigos reais, mas – igualmente importante – contra a ansiedade e temores que geram.
- (E) ...cresce exponencialmente o número de pessoas que acordam uma ou mais vezes durante a noite...

13. Considerando-se o contexto, está correto o que se afirma em:

- (A) Tanto a expressão *Última das "barreiras naturais"* como o pronome destacado em *destruí-lo* referem-se ao sono. (3º parágrafo)
- (B) O termo *inócua* foi empregado com o sentido de "prejudicial". (4º parágrafo)
- (C) A preposição "para" está empregada com a mesma acepção nos seguintes segmentos: *para verificar mensagens ou informações* (4º parágrafo) e *oferecer segurança para os que dormem* (5º parágrafo).
- (D) Mantêm-se o sentido original e a correção substituindo-se a conjunção sublinhada em *Assim, uma obrigação rudimentar dos membros da comunidade...* por "Porquanto". (5º parágrafo)
- (E) Sem prejuízo da correção e do sentido, o segmento *O dano ao sono* pode ser substituído por "A supressão à vigília". (5º parágrafo)



14. Está INCORRETA a **redação** do período que se encontra em:
- (A) O fato de passarmos dormindo um bom período de nossas vidas subsiste como uma das grandes afrontas humanas à voracidade do modo de produção capitalista contemporâneo.
- (B) Pesquisadores de diversas universidades têm investigado a atividade cerebral dos pássaros durante longos períodos de vigília, com a esperança de obter conhecimentos e descobrir como as pessoas poderiam permanecer sem dormir.
- (C) Até o início do século XVII, ainda se encontra resquícios de uma hierarquia que distinguia as capacidades sobre-humanas do soberano, cujos poderes, oniscientes, ao menos simbolicamente não sucumbiam às condições desabilitadoras do sono.
- (D) A maioria das necessidades aparentemente irredutíveis da vida humana, como a fome, a sede e, recentemente, a necessidade de amizade, transformou-se em mercadoria ou investimento.
- (E) O sono afirma a ideia de um intervalo de tempo que não pode ser colonizado nem submetido a um mecanismo de lucratividade, e, desse modo, permanece uma anomalia e um foco de crise no presente global.

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 15 a 20.

O cerrado, vegetação seca que cobre o estado de Goiás, é considerado o segundo maior bioma brasileiro. Ao viajar pelo estado, chama a atenção quando se vê em um pasto imenso, lá no meio, a coloração viva do ipê. Entretanto, essa vegetação vem sofrendo com o avanço das monoculturas.

Professor de agronomia da Universidade Federal de Goiás, Wilson Mozena acredita que esse cenário de preocupação ambiental vem mudando, principalmente com projetos como o Programa Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.

Para o professor, a monocultura é a maior vilã da terra. O pesquisador explica que os sistemas de integração e de plantio direto promovem benefícios vitais para o solo. O esquema de plantio em que se varia o tipo de planta, colocando, por exemplo, milho junto com eucalipto, auxilia tanto no “sequestro” do carbono como na manutenção de uma terra fértil. “Nesse sistema, junto com o milho, planta-se a semente da forrageira [planta usada para alimentar o gado]. O milho nasce e essa planta fica na sombra até quando o milho é colhido para o gado pastar, explica.

Já o sequestro do carbono contribui para diminuir a emissão de gases de efeito estufa. Quando a terra é arada os restos são incorporados e os micro-organismos que decompõem esses restos morrem sem alimento e o carbono vai para a atmosfera. “Quando se deixam nutrientes no solo, os micro-organismos aumentam para decompor os nutrientes e ficam na terra se alimentando. O carbono permanece com eles, não subindo para a atmosfera”.

(Adaptado de: MARCELINO, Sarah Teófilo. “Fazenda em Goiás mantém a esperança da preservação do cerrado”. Disponível em: <http://sustentabilidade.estadao.com.br>. Acessado em: 25/09/14)

15. Depreende-se corretamente do texto que
- (A) a monocultura, embora mais eficiente do que o plantio variado, é um sistema nocivo tanto para a terra como para a fauna.
- (B) a manutenção de uma reserva de alimentos para os micro-organismos da terra impede o carbono de retornar à atmosfera.
- (C) o cenário de devastação ambiental no cerrado, considerado o segundo maior bioma brasileiro, está intrinsecamente relacionado com o plantio do eucalipto
- (D) o uso de insumos necessários em solo pouco fértil, como o do cerrado, encarece a atividade agrícola, obrigando os produtores a adotar a monocultura.
- (E) a técnica de se arar a terra entre um plantio e outro é controversa, havendo quem acredite que tal prática deva ser incentivada.

16. A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente foi realizada de modo correto em:
- (A) *para decompor os nutrientes* = para decompô-lo
- (B) *que cobre o estado de Goiás* = que lhe cobre
- (C) *que decompõem esses restos* = que lhes decompõem
- (D) *para diminuir a emissão de gases de efeito estufa* = para diminuí-los
- (E) *promovem benefícios vitais para o solo* = promovem-nos

17. Sem prejuízo da correção e do sentido, uma vírgula pode ser inserida imediatamente após
- (A) “carbono”, em *Já o sequestro do carbono...* (4º parágrafo)
- (B) “arada”, em *Quando a terra é arada...* (4º parágrafo)
- (C) “aumentam”, em *os micro-organismos aumentam...* (4º parágrafo)
- (D) “explica”, em *O pesquisador explica* (3º parágrafo)
- (E) “micro-organismos”, em *os micro-organismos que decompõem esses restos* (4º parágrafo)

18. O esquema de plantio em que se varia o tipo de planta... Mantendo-se a correção e, em linhas gerais, o sentido, o elemento grifado acima pode ser substituído por:
- (A) do qual
- (B) com o que
- (C) aonde
- (D) por meio do qual
- (E) cujo

19. Já o sequestro do carbono contribui para diminuir a emissão... O elemento que, no contexto, exerce a mesma função sintática que o grifado acima está também grifado em:
- (A) *Ao viajar pelo estado...*
- (B) *O cerrado, vegetação seca que cobre o estado de Goiás...*
- (C) *... quando se vê em um pasto imenso, lá no meio, a coloração viva do ipê.*
- (D) *... essa vegetação vem sofrendo com o avanço das monoculturas.*
- (E) *Para o professor, a monocultura é a maior vilã da terra.*



20. *Entretanto, essa vegetação vem sofrendo com o avanço das monoculturas.*

Mantendo-se a correção e a o sentido, a conjunção sublinhada acima NÃO pode ser substituída por:

- (A) No entanto
- (B) Todavia
- (C) Nada obstante
- (D) Contudo
- (E) Conquanto

Noções de Direito Constitucional

21. Considere:

- I. O direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos.
- II. O direito de petição aos Poderes Públicos contra ilegalidade ou abuso de poder.
- III. A obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal e de terceiros.
- IV. A obtenção de certidões em repartições públicas para defesa de direitos individuais indisponíveis pessoal e de terceiros.

De acordo com a Constituição Federal são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas, as hipóteses indicadas APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, II e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I e IV.

22. Genoval e Simone viajaram em suas férias para Paris objetivando visitar um casal de amigos. Simone, grávida, durante a viagem, sofreu um acidente automobilístico que antecipou o parto de seu filho, Bruno. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal brasileira, apesar de Bruno ter nascido em Paris, será considerado brasileiro nato

- (A) imediatamente a partir de seu nascimento, desde que seja registrado em repartição brasileira competente, no prazo de cento e vinte dias a contar da data de seu nascimento.
- (B) imediatamente a partir de seu nascimento, independentemente de opção de nacionalidade ou registro em repartição brasileira.
- (C) desde que venha a residir na República Federativa do Brasil e opte no prazo de sessenta meses depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- (D) desde que seja registrado em repartição brasileira competente e opte, no prazo de cento e vinte dias, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira, independentemente de residir na República Federativa do Brasil.
- (E) desde que seja registrado em repartição brasileira competente ou venha a residir na República Federativa do Brasil e opte, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

23. Jardim é Prefeito do Município XZA e pretende se candidatar para o cargo de Governador do Estado de Goiás na próxima eleição. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal, Jardim

- (A) deverá renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até seis meses antes do pleito.
- (B) deverá renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até nove meses antes do pleito.
- (C) deverá renunciar ao respectivo mandato de Prefeito até doze meses antes do pleito.
- (D) não poderá candidatar-se ao cargo de Governador por expressa vedação constitucional, independentemente da renúncia ao mandato de Prefeito.
- (E) só poderá candidatar-se, se houver concordância expressa do Tribunal Superior Eleitoral, bem como renúncia ao respectivo mandato de Prefeito a qualquer tempo.

24. Considere os seguintes atos:

- I. aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República.
- II. autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- III. proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
- IV. fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

De acordo com a Constituição Federal, compete privativamente à Câmara dos Deputados, os atos indicados APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, II e III.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I e II.

25. Um terço dos Ministros do Tribunal de Contas da União será escolhido

- (A) pela Câmara dos Deputados.
- (B) pelo Senado Federal, com aprovação do Congresso Nacional.
- (C) pelo Presidente da República, com aprovação do Supremo Tribunal Federal.
- (D) pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal.
- (E) pelo Senado Federal com aprovação do Supremo Tribunal Federal.



26. Considere hipoteticamente as seguintes pessoas: Carla; Núbio e Valentino. Carla é Presidente do Senado Federal; Núbio é Presidente da Câmara dos Deputados e Valentino é Presidente do Supremo Tribunal Federal. Em caso de impedimento do Presidente da República e do Vice-Presidente, ou vacância dos respectivos cargos, é certo que
- (A) a última a ser chamada ao exercício da Presidência será Carla.
- (B) o primeiro a ser chamado ao exercício da Presidência será Núbio.
- (C) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, Valentino, Carla e Núbio.
- (D) serão sucessivamente chamados ao exercício da Presidência, Carla, Núbio e Valentino.
- (E) a primeira a ser chamada ao exercício da Presidência será Carla.
-
27. Processar e julgar originariamente nos crimes comuns e nos crimes de responsabilidade os membros dos Tribunais de Contas dos Estados é competência do
- (A) Tribunal de Justiça do Estado e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, respectivamente.
- (D) Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça, respectivamente.
- (E) Superior Tribunal de Justiça.
-
28. Considere:
- I. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás.
- II. Juiz Federal.
- III. Advogado legalmente habilitado.
- IV. Cidadão de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- De acordo com a Constituição Federal, poderão fazer parte da composição do Conselho Nacional de Justiça os indicados em
- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, II e III e IV.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I e IV, apenas.
-
29. Considere a seguinte situação hipotética: X é Presidente da República e está sendo acusado pela prática de crime de responsabilidade. Neste caso, no tocante às suas funções, X
- (A) ficará suspenso após o recebimento da denúncia pelo Congresso Nacional.
- (B) ficará suspenso após o recebimento da denúncia pelo Supremo Tribunal Federal.
- (C) não ficará suspenso, uma vez que a Constituição Federal veda a suspensão de funções do cargo de Presidente da República.
- (D) ficará suspenso após a instauração do processo pelo Senado Federal.
- (E) ficará suspenso após a instauração do processo pelo Supremo Tribunal Federal.
-
30. De acordo com a Constituição do Estado de Goiás, os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Goiás serão escolhidos:
- (A) três pela Assembleia Legislativa e quatro pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa.
- (B) cinco pela Assembleia Legislativa e dois pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa.
- (C) quatro pela Assembleia Legislativa e três pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa.
- (D) três pela Assembleia Legislativa e quatro pelo Governador, com aprovação do Tribunal de Justiça do Estado.
- (E) quatro pela Assembleia Legislativa e três pelo Governador, com aprovação do Tribunal de Justiça do Estado.
-
- Noções de Direito Administrativo**
31. Um dos princípios básicos da Administração pública, além de consagrado explicitamente na Constituição Federal, quando trata dos princípios que norteiam a atuação administrativa, também consta implicitamente ao longo do texto constitucional, como por exemplo, quando a Carta Magna exige que o ingresso em cargo, função ou emprego público dependerá de concurso público, exatamente para que todos possam disputar-lhes o acesso em plena igualdade. Do mesmo modo, ao estabelecer que os contratos com a Administração direta e indireta dependerão de licitação pública que assegure igualdade de todos os concorrentes. Trata-se do princípio da
- (A) proporcionalidade.
- (B) publicidade.
- (C) eficiência.
- (D) motivação.
- (E) impessoalidade.
-
32. Enzo, servidor público e chefe de determinada repartição pública, na mesma data, editou dois atos administrativos distintos, quais sejam, uma certidão e uma licença. No que concerne às espécies de atos administrativos, tais atos são classificados em
- (A) ordinatórios e negociais, respectivamente.
- (B) enunciativos.
- (C) negociais.
- (D) enunciativos e negociais, respectivamente.
- (E) normativos e ordinatórios, respectivamente.



33. Isis, servidora pública, praticou ato administrativo com vício de finalidade (o ato não tinha finalidade pública; visava interesses particulares). Em razão do vício e após provocação dos interessados, o aludido ato foi invalidado pelo Poder Judiciário. A propósito do tema, é correto afirmar que
- (A) a invalidação em questão não poderia ter sido feita pelo Judiciário.
- (B) o procedimento adequado para o caso seria a revogação do ato administrativo.
- (C) a invalidação, quando feita pela própria Administração pública, independe de provocação do interessado.
- (D) se trata de vício sanável, portanto, não era hipótese de invalidação do ato administrativo.
- (E) a invalidação em questão produz efeitos *ex nunc*.
34. Após procedimento licitatório na modalidade convite, a Administração pública celebrou contrato verbal com empresa de hortifrutigranjeiros para a compra de produtos, feita em regime de adiantamento, sendo o valor contratual equivalente a R\$ 4.000,00. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, o contrato em questão é
- (A) nulo, pois é nulo e de nenhum efeito qualquer contrato verbal celebrado com a Administração pública.
- (B) válido.
- (C) parcialmente nulo, pois não pode ultrapassar o montante de dois mil reais, podendo ser mantido até que atinja tal montante.
- (D) nulo, pois não se aplica para a compra de produtos, sobretudo perecíveis.
- (E) parcialmente nulo, pois não pode ultrapassar o montante de três mil reais, podendo ser mantido até que atinja tal montante.
35. A empresa MM Engenharia Ltda., contratada pela Administração Pública para a execução de importante obra pública, executou fielmente o contrato, sendo o objeto recebido definitivamente pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de vistoria que comprovou a adequação do objeto aos termos contratuais, observados os demais requisitos dispostos na Lei nº 8.666/1993.
- O prazo a que alude o enunciado, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital, NÃO poderá ser superior a
- (A) 90 dias.
- (B) 100 dias.
- (C) 120 dias.
- (D) 150 dias.
- (E) 180 dias.
36. Determinado Município Goiano, ao realizar procedimento licitatório na modalidade Concurso, publicou o respectivo edital trinta dias antes da realização do certame. Além disso esclareceu que os vencedores seriam remunerados, exclusivamente, por meio da instituição de prêmios. A propósito das condutas realizadas pelo Município e nos termos da Lei nº 8.666/1993,
- (A) a segunda conduta estará correta se os prêmios forem em pecúnia com valor superior a cinquenta mil reais.
- (B) ambas as condutas estão incorretas.
- (C) apenas a segunda conduta está incorreta.
- (D) ambas as condutas estão corretas.
- (E) apenas a primeira conduta está incorreta.
37. Considere as seguintes assertivas acerca do pregão, de âmbito federal:
- I. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que já constem do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF.
- II. A lei não exige que o pregoeiro dê acesso aos demais licitantes acerca dos dados constantes no SICAF sobre o licitante de melhor proposta, por ser competência única e exclusiva da Comissão licitante.
- III. No pregão, a fase de habilitação deve ocorrer antes da etapa competitiva de oferta dos lances.
- Está correto o que consta em
- (A) I e II, apenas.
- (B) III, apenas.
- (C) I, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.
38. Considere a seguinte situação hipotética: a União Federal e mais três Estados da Federação (Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo) celebraram consórcio público para a realização de objetivos de interesse comum. No caso, o consórcio público constituiu uma associação pública. Assim, nos termos da Lei nº 11.107/2005, o aludido consórcio público tem personalidade jurídica de direito
- (A) privado e integra a Administração indireta da União Federal.
- (B) público e integra a Administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- (C) privado e integra a Administração indireta de todos os entes da Federação consorciados.
- (D) público e integra a Administração indireta apenas da União Federal.
- (E) privado e integra a Administração direta da União Federal.



39. Tendo em vista o preenchimento dos requisitos descritos na Lei nº 9.790/1999 (Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), a pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, interessada em obter a qualificação da OSCIP, deverá formular requerimento a determinado Ministério, instruído com cópias autenticadas de alguns documentos. O referido Ministério e um dos documentos exigidos pela citada lei são:
- (A) Ministério da Justiça e a declaração de isenção do imposto de renda.
 - (B) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o estatuto registrado em cartório.
 - (C) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e a ata de eleição de sua atual diretoria.
 - (D) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a demonstração do resultado do exercício.
 - (E) Ministério da Defesa e a inscrição no Cadastro Geral de Contribuintes.
-
40. A União Federal pretende celebrar contrato de parceria público-privada, visando unicamente a execução de importante obra pública. Para a contratação, dispõe do montante de quinze milhões de reais. Assim, foi publicado o respectivo edital de tomada de preços, de modo a ser selecionada a empresa que melhor atenda ao interesse público. Neste caso, o contrato de parceria público-privada NÃO é cabível, tendo em vista o
- (A) objeto da contratação e o tipo de licitação adotado, apenas.
 - (B) valor da contratação, apenas.
 - (C) tipo de licitação adotado, apenas.
 - (D) objeto da contratação, o valor da contratação e o tipo de licitação adotado.
 - (E) valor da contratação e tipo de licitação adotado, apenas.
-

Controle Externo

41. No exame das contas prestadas por determinado ente público, referente ao exercício de 2013, foram constatadas algumas irregularidades. Com relação ao controle externo do Estado de Goiás, nos termos da Constituição Estadual, considere:
- I. Será exercida pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
 - II. Será exercida pela Controladoria Geral do Estado, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.
 - III. Caberá ao Tribunal de Contas do Estado representar ao poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados.
 - IV. As contas prestadas anualmente pelo Governador serão julgadas pela Assembleia Legislativa, mediante voto de 3/5 de seus membros.
 - V. Caberá ao Tribunal de Contas do Estado apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado no prazo de sessenta dias a contar de seu recebimento e publicado no Diário Oficial do Estado.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I, III e V.
 - (B) II, IV e V.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I, III e IV.
 - (E) I e III.
-



<p>42. Ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás compete, entre outros,</p> <p>I. Apreciar e emitir parecer prévio nas contas anuais de governo prestadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.</p> <p>II. Fiscalizar as contas de consórcios públicos, de empresas de cujo capital social o Estado participe, de forma direta ou indireta, nos termos de acordo, convênio ou ato constitutivo.</p> <p>III. Fiscalizar a arrecadação da receita do Estado e de suas entidades da administração indireta, verificando, quanto à prestação e eficácia, a cobrança da dívida ativa e a renúncia de receitas.</p> <p>IV. Apreciar, mediante parecer prévio, as contas anuais prestadas pelas empresas concessionárias de serviços públicos.</p> <p>V. Julgar as contas daqueles que derem causa a perda, dano, extravio ou outra irregularidade que resulte em prejuízo ao Erário Municipal ou a seu patrimônio.</p> <p>Está correto o que consta em</p> <p>(A) I, II, III, IV e V.</p> <p>(B) I, II, III e V, apenas.</p> <p>(C) II, III e IV, apenas.</p> <p>(D) I, II, e IV, apenas.</p> <p>(E) II e III, apenas.</p>	<p>44. Os Tribunais de Contas, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, fiscalizarão a gestão fiscal, com ênfase, no que se refere, entre outros,</p> <p>(A) os limites e condições para abertura de créditos especiais destinados as despesas de caráter emergenciais e as inscrições em restos a pagar.</p> <p>(B) o cumprimento da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.</p> <p>(C) o atingimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e as providências tomadas, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites.</p> <p>(D) a aplicação de recursos vinculados e a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos.</p> <p>(E) o atingimento das metas de arrecadação estabelecidas na Lei Orçamentária Anual – LOA e as medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite.</p>
<p>43. O Tribunal de Contas do Estado de Goiás tem jurisdição própria e privativa em todo o território estadual, sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência. É correto afirmar que a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado abrange, entre outros</p> <p>(A) aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao Erário Municipal.</p> <p>(B) os dirigentes ou liquidantes de empresas públicas e sociedades de economia mista constituídas com recursos do Estado.</p> <p>(C) os dirigentes de empresas públicas e sociedades de economia mista constituídas com recursos da União.</p> <p>(D) qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que em nome deste, assumam obrigações de natureza pecuniária.</p> <p>(E) os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebam recursos federais e prestem serviço de interesse público ou social.</p>	<p>45. Integram o Tribunal de Contas do Estado de Goiás, nos termos da Lei nº 16.168/2007 (com alterações posteriores):</p> <p>I. Plenário, Câmaras, Presidência, Vice-presidência.</p> <p>II. Assessoria Jurídica, Secretaria de Informática, Secretaria de Fiscalização e Controle.</p> <p>III. Corregedoria Geral; Conselheiros, Auditores.</p> <p>IV. Secretaria Diretoria Geral, Secretaria de Administração, Corpo Técnico e Serviços Auxiliares.</p> <p>V. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, Serviços Técnicos e Administrativos.</p> <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <p>(A) I, III e V.</p> <p>(B) I, II, III e IV.</p> <p>(C) I, III e IV.</p> <p>(D) II, III e V.</p> <p>(E) I, II e V.</p>
	<p>46. A sede administrativa do Governo do Estado foi acometida por fortes chuvas, destruindo documentos. Esse fato tornou as contas ilíquidáveis. Nesse caso, o Tribunal</p> <p>(A) julgará as contas regulares.</p> <p>(B) emitirá parecer prévio favorável.</p> <p>(C) ordenará o trancamento das contas e o arquivamento do processo.</p> <p>(D) realizará tomada de contas especial.</p> <p>(E) instaurará inspeção permanente.</p>



47. Compete ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, nos termos do Regimentos Interno, entre outros
- (A) julgar, as licitações e contratos, mediante relatório elaborado pela auditoria, no prazo de 90 dias a contar de seu recebimento.
 - (B) apreciar, as tomadas de contas, mediante relatório elaborado pela auditoria, no prazo de 90 dias a contar de seu recebimento.
 - (C) fiscalizar as receitas e despesas das empresas contratadas pela administração direta, para execução de obras e serviços públicas.
 - (D) aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa, de irregularidade de contas ou atraso em sua prestação, as sanções previstas na Lei Orgânica, e na forma do Regimento, sem prejuízo de outras dispostas em lei.
 - (E) apreciar, mediante parecer prévio, a ser elaborado em 60 dias, a contar do seu recebimento as contas dos administradores.

48. Ao julgar a prestação ou tomada de contas, o Tribunal de Contas do Estado Goiás decidirá, quanto ao mérito, se são regulares, regulares com ressalva ou irregulares, exceto na hipótese de serem consideradas ilíquidáveis. Nestas condições, é correto afirmar que as contas serão julgadas regulares, com ressalvas quando
- (A) houver omissão no dever de prestar contas.
 - (B) evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário.
 - (C) comprovada ocorrência de dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico.
 - (D) comprovada a ocorrência de desfalque ou desvio de dinheiros, bens ou valores públicos.
 - (E) expressarem, de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade, a legitimidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável.

49. Às decisões proferidas nos processos em tramitação no Tribunal de Contas do Estado de Goiás, cabem os seguintes recursos
- (A) agravo, embargos de declaração, apelação, pedido de anulação.
 - (B) recurso de reconsideração, embargos de declaração, apelação, pedido de retificação.
 - (C) agravo, embargos de declaração, pedido de retificação, embargos de divergência.
 - (D) recurso de reconsideração, pedido de reexame, apelação, embargos de divergência.
 - (E) recurso de reconsideração, pedido de reexame, embargos de declaração, agravo.

50. As contas dos órgãos da administração direta e as contas dos Fundos Especiais e das entidades da administração indireta, inclusive de Fundações e Sociedades instituídas e mantidas pelo poder público, de acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, serão apresentadas, respectivamente, sob a forma de
- (A) contas anuais e prestação de contas.
 - (B) tomada de contas e contas de gestão.
 - (C) contas anuais e tomada de contas.
 - (D) tomada de contas e prestação de contas.
 - (E) prestação de contas e contas de gestão.

Legislação Específica do Estado de Goiás

51. De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, é permitido ao Conselheiro
- (A) exercer cargo técnico ou de direção de sociedade civil.
 - (B) participar de sociedade comercial como acionista ou cotista sem ingerência.
 - (C) exercer comissão remunerada ou não, inclusive em órgãos de controle da Administração direta e indireta.
 - (D) dedicar-se à atividade político-partidária.
 - (E) atuar em processo de interesse de parente afim, em linha colateral de segundo grau.

52. No tocante as contas anuais do Governador, considere:
- I. As contas anuais prestadas pelo Governador deverão ser encaminhadas primeiramente à Assembleia Legislativa e, após 30 dias, ao Tribunal de Contas.
 - II. As contas prestadas pelo Governador incluirão, além das do Poder Executivo, as dos Chefes dos Poderes Legislativo, Judiciário, do Chefe do Ministério Público, do Tribunal de Contas dos Municípios e as do Tribunal de Contas do Estado, as quais receberão parecer prévio, separadamente.
 - III. A emissão dos pareceres sobre as contas anuais dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e do Ministério Público exclui a competência do Tribunal para o julgamento das contas dos administradores e demais responsáveis dos órgãos que compõem a Administração.

De acordo com a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Goiás está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.

53. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, o Tribunal obedecerá a um recesso de suas atividades deliberativas do Plenário e das Câmaras, em período NÃO superior a
- (A) 15 dias, sendo que o recesso ocasionará a suspensão ou interrupção dos prazos processuais.
 - (B) 16 dias, fixado em ato do Presidente, entre a segunda quinzena de dezembro e a primeira de janeiro.
 - (C) 24 dias, fixado em ato do Presidente, entre a segunda quinzena de dezembro e a primeira de janeiro.
 - (D) 30 dias, sendo que o recesso ocasionará a suspensão ou interrupção dos prazos processuais.
 - (E) 30 dias, sendo que o recesso não ocasionará a suspensão ou interrupção dos prazos processuais.



<p>54. Considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Proposta que o Tribunal deve encaminhar ao Poder Executivo, referente ao projeto de sua lei orçamentária anual, observada a legislação pertinente.II. A lista tríplice dos Auditores e dos membros da Procuradoria-Geral de Contas, para preenchimento de cargo de Conselheiro.III. Os Programas de Governo a serem avaliados em cada exercício.IV. Os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitação de contratos para compras e serviços, através de tomada de preços, de valor até R\$ 650.000,00. <p>De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, é de competência do Plenário APENAS os indicados em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I, II e III.(B) I e II.(C) II e III.(D) I, III e IV.(E) II e IV.	<p>58. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Goiás, o não atendimento de quaisquer das condições estabelecidas para o estágio probatório implicará na</p> <ul style="list-style-type: none">(A) exoneração imediata, mediante comunicação ao funcionário nomeado, com antecedência mínima de 10 dias da publicação oficial.(B) exoneração imediata do funcionário nomeado tendo em vista disposição legal expressa neste sentido, independentemente de prévia comunicação.(C) instauração, pela comissão responsável, do processo de exoneração do funcionário nomeado, que somente será concluído após a defesa deste, no prazo de 15 dias.(D) instauração, pela comissão responsável, do processo de exoneração do funcionário nomeado, que somente será concluído após a defesa deste, no prazo de 30 dias.(E) exoneração imediata, mediante comunicação ao funcionário nomeado, com antecedência mínima de 15 dias da publicação oficial.
<p>55. De acordo com o Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, para disciplinar matéria referente ao exercício de suas atividades de fiscalização, que envolva pessoa física, órgão ou entidade sujeitos à sua jurisdição, o Tribunal poderá expedir</p> <ul style="list-style-type: none">(A) Instrução Normativa ordinária.(B) Instrução Normativa extraordinária.(C) Parecer.(D) Ato Normativo integrado.(E) Resolução Normativa.	<p>59. Marta, funcionária pública estadual, é interessada em processo administrativo. Em razão da idade de Marta, 67 anos, o processo tramita com prioridade processual. Considerando que Marta é casada com João, que não possui filho bem como que ela faleceu semana passada ainda com o processo em curso, a prioridade de tramitação processual</p> <ul style="list-style-type: none">(A) estende-se para João.(B) encerra-se automaticamente com a morte de Marta.(C) só se estenderia para descendente ou ascendente, independentemente de suas idades.(D) só se estende para João caso ele possua mais de 60 anos.(E) só se estende para ascendente que possua mais de 65 anos.
<p>56. Considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Casamento, até 8 dias consecutivos.II. Licença para tratamento de saúde até o limite máximo de 36 meses.III. Convocação para o serviço militar.IV. Exercício de mandato eletivo federal, estadual ou municipal. <p>De acordo com Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Goiás, considera-se como de efetivo exercício, além dos dias feriados ou em que o ponto for considerado facultativo, os afastamentos indicados APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) II e III.(B) I e IV.(C) I, III e IV.(D) I, II e IV.(E) III e IV.	<p>60. No tocante à competência, de acordo com a Lei Estadual nº 13.800/2001 que regula o processo administrativo no âmbito da Administração pública do Estado de Goiás, considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Não podem ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.II. O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante, respeitados, em regra, os atos praticados ou decisões proferidas na vigência da delegação.
<p>57. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Goiás, ao funcionário que retirar, sem prévia autorização da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição e ao funcionário que coagir ou aliciar subordinado com o objetivo de natureza político-partidária será aplicada a pena disciplinar de</p> <ul style="list-style-type: none">(A) suspensão de até 90 dias e repreensão, respectivamente.(B) repreensão e suspensão de até 90 dias, respectivamente.(C) suspensão de até 90 dias.(D) repreensão.(E) demissão e suspensão, respectivamente.	<ul style="list-style-type: none">III. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.IV. Não será permitida, em nenhuma hipótese, a avoação temporária de competência atribuída. <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I, III e IV.(B) II, III e IV.(C) I e III.(D) II e IV.(E) I, II e III.



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS I

61. O nível de desempenho de uma pessoa é função tanto da capacidade, quanto da motivação. Sobre as teorias motivacionais é correto afirmar:

- (A) Os fatores motivacionais (ou motivadores), classificados na Teoria de Herzberg são: reconhecimento, oportunidade de progresso ou promoção, condições de trabalho e relações interpessoais.
- (B) A Teoria ERG difere da Teoria de Maslow pois define que as necessidades de existência de uma pessoa não necessariamente precisam estar satisfeitas antes que ela venha a se preocupar com seu relacionamento com outras pessoas e com o uso de suas capacidades pessoais.
- (C) Na Teoria da Expectativa afirma-se que as pessoas consideram 3 fatores ao decidirem se devem exercer esforço em direção a ações: instrumentalidade, valência e equidade.
- (D) Segundo a Teoria de Fixação de Objetivos, de Edwin Locke, os objetivos não reforçam o desempenho do ser humano.
- (E) A Teoria da Realização de David McClelland postula que os gerentes que querem prevenir insatisfações devem manter as condições de trabalho apropriadas.

62. Determinada organização tem demonstrado evolução no seu índice de *turnover*, causado por falta de motivação no trabalho, e seus gestores planejam implementar as seguintes ações:

- I. Fornecer mais responsabilidades e maior autonomia para as pessoas no trabalho.
- II. Desenvolver um Plano de Carreira com oportunidades para todas as áreas.
- III. Aumentar a periodicidade de confraternizações na empresa.
- IV. Melhorar os móveis e a decoração do ambiente de trabalho.

Segundo a Teoria de Herzberg, são considerados fatores motivacionais o que consta em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) III e IV, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

63. Sobre Comportamento Grupal e Intergrupal considere:

- I. Em um grupo de verdade, todos os membros têm os mesmos objetivos.
- II. Um grupo formado para completar uma tarefa específica é denominado grupo por afinidade.
- III. O departamento financeiro de uma empresa é um exemplo de grupo de comando.
- IV. Grupos informais, como os de interesse e de amizade, têm pouco impacto nas organizações.
- V. Em grupos maduros, as atividades dos membros são relativamente espontâneas, em vez de se sujeitarem à rígidas restrições estruturais.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) III e V.
- (B) I e III.
- (C) II e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) III, IV e V.

64. Sobre conflitos em grupos e organizações existe a [.....] quando a interação tem importância moderada para a conquista dos objetivos, os quais não são completamente compatíveis, nem completamente incompatíveis.

O conceito que preenche corretamente a lacuna é

- (A) competição
- (B) colaboração
- (C) fuga
- (D) acomodação
- (E) concessão

65. Um determinado gestor de um grupo de trabalho não gosta de conflitos no ambiente de trabalho, por isso nunca permite que surjam conflitos entre seus integrantes. De acordo com autores do tema, desta forma o grupo

- (A) terá um desempenho mais alto do que o dos grupos com conflito.
- (B) sofrerá de apatia e letargia.
- (C) permanecerá na etapa tumultuada do desenvolvimento.
- (D) se reunirá com pouca frequência.
- (E) terá uma coesão mais baixa do que a dos grupos com conflito.

66. Se um gestor fosse seguir o modelo de Hersey e Blanchard, utilizaria um estilo de delegação somente quando

- (A) os subordinados e seus líderes formassem relacionamento de dupla.
- (B) todas as outras abordagens sobre liderança não dessem certo.
- (C) os subordinados tivessem competência e motivação em aceitar responsabilidades.
- (D) as situações fossem altamente desfavoráveis.
- (E) tiver um grupo heterogêneo de integrantes para o trabalho.

67. Historicamente, a gestão de pessoas contou com diversos estilos de liderança à disposição dos interesses da organização. O estilo de liderança situacional, é caracterizado por

- (A) priorizar as decisões do dia a dia sob o ponto de vista da lógica.
- (B) valorizar acima de tudo, a hierarquia do superior imediato.
- (C) deixar a equipe de trabalho resolver tudo, sem intervenção da liderança.
- (D) tratar as pessoas diferentes, por métodos diferentes.
- (E) dar um enfoque maior na tarefa a ser realizada.



68. Sobre Gestão de Equipes é correto afirmar:
- (A) Mesmo em equipes, um supervisor externo controla as atividades diárias dos funcionários.
 - (B) O uso de equipes é uma nova forma de manipular os trabalhadores para que produzam mais.
 - (C) Na transição para o sistema de equipes, o gerente pode esperar uma diminuição inicial no desempenho.
 - (D) Uma forte razão para adotar equipes é o fato de que muitas outras empresas as adotam.
 - (E) Quando as equipes passam a confiar plenamente em suas capacidades, elas se comunicam menos com as outras equipes e se tornam bastante competitivas. Isso indica que a implementação do sistema de equipes foi um sucesso.
-
69. Sobre administração ou Gestão Participativa, é correto afirmar:
- (A) É uma filosofia ou política de administração de pessoas caracterizada pela criatividade e boa gestão.
 - (B) Na implementação desse tipo de gestão há requisitos de mudanças em 3 dimensões: comportamental, estrutural e na dimensão das interfaces.
 - (C) Teve origem no Japão, tendo como símbolo a montadora Toyota.
 - (D) Tem como objetivos o aumento da cultura democrática, da alienação ao trabalho e do equilíbrio entre os interessados.
 - (E) Apesar de ocorrer mais conflitos, esse tipo de administração tende a gerar um maior respeito aos níveis hierárquicos existentes na organização.
-
70. Como premissas básicas para o sucesso de um programa de desenvolvimento organizacional (D.O.), segundo Marras (2011), é preciso que existam duas variáveis, que são:
- (A) Teleológica e Volitiva.
 - (B) Compensatória e Colaborativa.
 - (C) Tecnológica e Avaliativa.
 - (D) Avaliativa e Teleológica.
 - (E) Volitiva e Analógica.

71. Sobre Cultura Organizacional, é correto afirmar que
- (A) o clima organizacional não se confunde com cultura organizacional, que tem uma história de pesquisas mais longas e pode ser observada e medida mais diretamente do que o clima organizacional.
 - (B) o reforço das crenças e pressupostos é de responsabilidade de cada indivíduo e não dos administradores.
 - (C) a formação do conjunto de pressupostos atende a uma necessidade humana de consistência e ordem, mesmo que o grupo não tenha tido tempo suficiente para que tal formação ocorra.
 - (D) o processo de formação de pressupostos básicos não é resultado de alguma aprendizagem sobre como se relacionar com o ambiente ou como administrar.
 - (E) quando um grupo resolve seus problemas coletivos e obtém sucesso frente ao ambiente externo, aquela visão de mundo passa a ser considerada correta e válida.

72. Ao longo dos anos, a gestão de pessoas sofreu atualizações em seus Modelos, que são caracterizados conforme descrição abaixo.

A	Departamento Pessoal	I	A noção de vantagem competitiva e de reengenharia impulsionam as demandas sobre a gestão de recursos humanos e suas funções de desenvolvimento mútuo.
B	Gestão do comportamento humano	II	Esse modelo é caracterizado pela necessidade da gestão de recursos humanos responder aos fatores internos e externos à organização.
C	Gestão estratégica	III	Foco no controle das pessoas, buscando a máxima eficiência do desempenho.
D	Gestão articulada por competências	IV	Os recursos humanos passaram a ser vistos como indivíduos detentores de necessidades e de características psicossociais que, se satisfeitas, refletiriam em engajamento e melhores resultados.

A correta correlação está descrita em

- (A) A-III; B-IV; C-II; D-I.
- (B) A-II; B-I; C-III; D-IV.
- (C) A-I; B-III; C-II; D-IV.
- (D) A-III; B-II; C-IV; D-I.
- (E) A-III; B-IV; C-I; D-II.



73. Sobre Competências e sua Gestão, é correto afirmar:
- (A) Uma pessoa, com base em sua competência e estimulada pelas necessidades da organização ampliará seu espaço ocupacional, portanto, o nível de complexidade de suas atribuições e responsabilidades, e necessariamente mudará de cargo ou posição na empresa.
 - (B) Consideram-se competências essenciais àquelas classificadas como ordinárias, onipresentes, ou de fácil imitação.
 - (C) A detenção de um repertório de conhecimentos, habilidades e atitudes referentes a um cargo, e não a capacidade de entrega, é que norteiam e legitimam os processos seletivos, avaliativos, de orientação de desenvolvimento individual e de atribuição de recompensas.
 - (D) Uma competência essencial é um conjunto de habilidades e tecnologias, e não uma única habilidade ou tecnologia isolada.
 - (E) Na gestão por competências, o paradigma é de que a área de RH é a responsável por cuidar do desenvolvimento das pessoas com fins de formá-las sucessoras.
-
74. As políticas de Gestão de Pessoas definidas para o Tribunal de Contas do Estado de Goiás tiveram como suporte crenças que já permeiam a cultura organizacional e, também, crenças que retratam demandas da sociedade e do contexto contemporâneo. Dentre as mais significativas, NÃO se inclui:
- (A) As pessoas são elementos valiosos para o Tribunal de Contas do Estado de Goiás e responsáveis por seus resultados.
 - (B) A Missão do Tribunal de Contas do Estado de Goiás exige a posse de conhecimentos específicos e habilidades peculiares, sem o que não poderá operar de forma correta no cumprimento dos papéis assumidos por força da lei.
 - (C) A gestão de pessoas no Tribunal de Contas do Estado de Goiás deve quebrar os paradigmas existentes, com a ajuda de todos os setores organizacionais como uma forma estratégica para que desperte e, ou venha a desenvolver os talentos organizacionais.
 - (D) Os saberes de que o Tribunal de Contas do Estado de Goiás necessita estão essencialmente nas pessoas que realizam as atividades direta ou indiretamente relacionadas com o controle dos gastos públicos e que assumem a responsabilidade de garantir os resultados esperados e os comportamentos éticos que norteiam a sua atuação.
 - (E) O Tribunal de Contas do Estado de Goiás precisa que as pessoas se comprometam com o que fazem, se desenvolvam e aprendam continuamente.
-
75. Sobre as diretrizes da Política de Integração de Pessoas, aprovada pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás, é correto afirmar:
- (A) Os cargos devem ser amplos para que possibilitem a atuação nas diversas unidades do Tribunal.
 - (B) Devem ser adotados mecanismos que divulguem e valorizem a participação e o comprometimento de servidores com o trabalho que realizam, a colaboração que prestam aos colegas e a contribuição que oferecem para manter saudável e produtivo o clima organizacional.
 - (C) Deve-se estabelecer relações de parceria e cooperação técnica com universidades, instituições de ensino, órgãos públicos e empresas, de forma melhor e mais prontamente atender às necessidades de treinamento e desenvolvimento dos servidores do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e a agregar experiências de naturezas e fontes diversas.
 - (D) Os servidores devem ser estimulados a buscarem por iniciativa própria a aquisição de competências e o desenvolvimento profissional convergente com as atividades que realizam no Tribunal.
 - (E) A alocação de pessoas deve ser feita pelos resultados dos processos seletivos, pela melhor composição do conjunto de perfis profissionais, de forma a estabelecer relação desejável entre as necessidades e propósitos do Tribunal de Contas do Estado de Goiás e as aspirações dos servidores.
-
76. *Promover condições para que os servidores sintam orgulho em trabalhar no Tribunal de Contas do Estado de Goiás, satisfação nas atividades que realizam, garantia da tramitação eficiente, eficaz e efetiva de seus trabalhos, confiança de que serão reconhecidos em seus esforços para melhorar continuamente o seu desempenho profissional, segurança de que terão as condições necessárias para a realização do trabalho, em ambiente agradável, transparente e justo, e que receberão apoio para atender às questões relacionadas com a saúde e bem-estar físico e psicológico.*
- O enunciado acima faz parte da Política de
- (A) *Endomarketing* e Comunicação com o Cliente Interno.
 - (B) Gestão do Bem-estar e da Qualidade de Vida.
 - (C) Relações com Sindicatos e Associações.
 - (D) Treinamento e Desenvolvimento.
 - (E) Benefícios e Serviços Complementares.
-
77. Para que a Política de Gestão e Avaliação de Desempenho ocorra de forma adequada no Tribunal de Contas do Estado de Goiás, as seguintes diretrizes devem ser seguidas:
- (A) Dar ao sistema de avaliação de desempenho o caráter de processo contínuo, com diferentes avaliadores como fontes de informações, incluindo a autoavaliação e com, pelo menos, 6 meses de registro formal.
 - (B) Adotar modelo que maximize a subjetividade da avaliação de desempenho, oriente a realização das atividades e tarefas das pessoas, forneça desafios crescentes, permita identificar as condições existentes de trabalho e o apoio oferecido pelos gestores aos servidores, e que forneça evidentes consequências para os desempenhos apresentados.
 - (C) Elaborar metas das unidades de trabalho, das equipes e/ou individuais, de forma que possam ser negociados e perseguidos como alvos de desempenhos não necessariamente vinculados aos Objetivos Estratégicos do Tribunal de Contas do Estado.
 - (D) Assumir que a avaliação de desempenho é uma ferramenta de gestão voltada para o desenvolvimento do servidor e útil para distinguir desempenhos que agregam valor à instituição e identificar aqueles que precisam ser melhorados ou ajustados.
 - (E) Avaliar o desempenho dos servidores por meio de critérios subjetivos, de forma a orientar o crescimento profissional e a progressão na carreira.



<p>78. Construir carreiras com amplitude salarial que permita a progressão do servidor ao longo de toda a sua vida profissional no Tribunal de Contas do Estado de Goiás é uma das diretrizes da Política de Remuneração e Compensação, que também possui as diretrizes de</p> <ul style="list-style-type: none">I. assegurar práticas de remuneração compatíveis com a média de mercado em organizações similares.II. definir cargos restritos que possibilitem a atuação nas diversas unidades do Tribunal.III. desenvolver instrumentos que associam incentivos ao desempenho do servidor, em conformidade com os princípios da administração gerencial, voltada para a eficiência.IV. vincular a promoção na carreira ao resultado da avaliação de desempenho e à expansão das competências, adotando mecanismos que permitam a promoção dos servidores com desempenho destacado pelas suas realizações. <p>Estão corretas as diretrizes definidas em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I, II e III, apenas.(B) II e III, apenas.(C) I e IV, apenas.(D) IV, apenas.(E) I, II, III e IV.	<p>81. A área de RH de uma empresa pública realizará um processo de recrutamento e seleção para preenchimento de vagas por meio de concurso e, para tanto, necessitará saber que</p> <ul style="list-style-type: none">I. o percentual de vagas destinadas a pessoas com deficiência deve ser, no mínimo, 5% e, no máximo, 20% das vagas oferecidas.II. as frações de unidade resultantes da aplicação do percentual da Lei das Cotas sobre a base de cálculo deve ser arredondado para baixo.III. para assessorar o concurso, a equipe multiprofissional deverá ser composta por 3 profissionais capacitados e atuantes nas áreas das deficiências em questão, sendo um deles médico, e 3 profissionais integrantes da carreira almejada pelo candidato. <p>Está correto o que consta em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I, II e III.(B) I, apenas.(C) III, apenas.(D) I e II, apenas.(E) I e III, apenas.
<p>79. No modelo de Gestão por Competências há a etapa do mapeamento que orienta as ações organizacionais para captar e/ou desenvolver as competências identificadas como relevantes à organização. São exemplos de descrição correta de uma competência individual, EXCETO:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) Solucionar problemas matemáticos, sem utilizar calculadoras.(B) Organizar processos, de acordo com o fluxograma definido pela empresa.(C) Digitar textos, utilizando o aplicativo Word.(D) Conhecer os produtos e serviços da organização.(E) Redigir parecer, observando normas do manual de redação da organização.	<p>82. Determinada empresa está implantando um novo modelo de gestão, onde a carreira e a remuneração dos funcionários será por competências. A empresa sabe que nesse modelo</p> <ul style="list-style-type: none">I. estão presentes conhecimentos aplicados nas situações com níveis de complexidade, habilidades do profissional e seus comportamentos, gerando resultados mensuráveis.II. o sistema estará estruturado em faixas amplas de salários (<i>broadbands</i>), se a estrutura organizacional estiver em transformação e adotar cargos amplos.III. o crescimento das pessoas na organização ocorre por tempo de casa.IV. o conceito de Espaço Ocupacional relaciona-se ao agrupamento de cargos, de complexidade semelhante dentro da estrutura organizacional, sob uma única denominação. <p>Está correto o que consta APENAS em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I, III e IV.(B) I, II e IV.(C) II e IV.(D) I, II e III.(E) I e IV.
<p>80. Sobre o modelo de Avaliação 360 Graus, considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Entre as suas vantagens estão a diminuição da subjetividade, o maior foco em competências e os resultados.II. Entre as desvantagens está a do custo ser mais elevado para implementação e gestão.III. Os impactos do Efeito Halo estão mais presentes nesse sistema de avaliação.IV. Na finalização da avaliação da sua equipe, o gestor do departamento X considerou a sua avaliação acrescida da autoavaliação de cada subordinado, caracterizando o uso do referido modelo. <p>Está correto o que consta em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I e II, apenas.(B) I, III e IV, apenas.(C) II e III, apenas.(D) I e IV, apenas.(E) I, II, III e IV.	



<p>83. O Analista de Gestão de Pessoas do Tribunal de Contas de Goiás acabou de ser indicado para comandar a Comissão de Mudanças na organização e sabe que para obter sucesso em suas estratégias deverá ficar atento, pois</p> <ul style="list-style-type: none">I. um dos motivos que dificulta a modificação de valores culturais é o de que eles reforçam a si mesmos.II. a mudança de uma cultura resulta em mudança nas histórias e símbolos, sem alterar os conceitos básicos das pessoas a respeito do que é ou não um comportamento adequado na organização.III. os gestores podem modificar a cultura da organização com o gerenciamento de símbolos e das dificuldades extremas de tal mudança.IV. todas as empresas têm valores culturais coerentes com o desempenho elevado. <p>Está correto o que consta em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I e III, apenas.(B) I, II e IV, apenas.(C) I e IV, apenas.(D) II e III, apenas.(E) I, II, III e IV.	<p>86. Sobre as características do RH Estratégico, considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. Ocupa uma posição em linha no organograma da empresa, enquanto o RH Operacional situa-se em <i>Staff</i>.II. Responde pelo apoio aos gestores no que tange ao desenvolvimento das pessoas, por meio de temas relacionados a mudanças da cultura etc.III. É tido como um prestador de serviços (podendo gerir até 20 subsistemas).IV. Tem como missão a otimização dos resultados finais da empresa e da qualidade dos talentos que a compõem. <p>Está correto o que consta em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I, II e III, apenas.(B) I e III, apenas.(C) II e IV, apenas.(D) II e III, apenas.(E) I, II, III e IV.
<p>84. No modelo de Lewin, a mudança é um processo sistemático de transição entre os modos antigo e novo de fazer as coisas. A etapa em que ocorre a passagem dos procedimentos antigos para os novos é chamada de</p> <ul style="list-style-type: none">(A) Congelamento.(B) Mobilização.(C) Fixação.(D) Ação ou Mudança.(E) Descongelamento.	<p>87. O funcionário nomeado para cargo de provimento efetivo fica sujeito a um período de estágio. Segundo a Lei Estadual nº 10.460/1988 e atualizações, são requisitos básicos a serem apurados no estágio probatório, EXCETO:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) aptidão.(B) idoneidade moral.(C) assiduidade e pontualidade.(D) eficiência.(E) competência.
<p>85. Sobre o processo de mudança planejada e de melhoria da organização, chamado de Desenvolvimento Organizacional – DO, considere:</p> <ul style="list-style-type: none">I. É obtido por meio da aplicação de conhecimento das ciências comportamentais.II. Apesar dessa mudança ter efeitos comportamentais, trata-se de uma reforma exigida pela tecnologia e não pelo comportamento das pessoas.III. A resistência à mudança pode ser usada em benefício da organização e não precisa ser completamente eliminada.IV. O tipo mais abrangente de mudança organizacional envolve uma reorganização na divisão de tarefas e relações de autoridade e subordinação, chamada de mudança estrutural. <p>Está correto o que consta em</p> <ul style="list-style-type: none">(A) I, II, III e IV.(B) I e III, apenas.(C) I e IV, apenas.(D) II e III, apenas.(E) III e IV, apenas.	<p>88. De acordo com a Lei Estadual nº 10.460/1988 e atualizações, que estabelece sobre o Ponto, é INCORRETO afirmar:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) Salvo nos casos expressamente previstos no referido Estatuto, é vedado dispensar o funcionário do registro do ponto e abonar faltas ao serviço.(B) O funcionário poderá ter abonadas até o limite de 5 faltas ao serviço em cada mês civil, desde que devidamente justificadas.(C) As autoridades e os funcionários que, de qualquer forma, contribuírem para o descumprimento da referida lei, serão obrigados a repor, aos cofres públicos, as importâncias indevidamente pagas aos servidores faltosos, sem prejuízo da ação disciplinar cabível.(D) As fraudes praticadas no registro de frequência, ou a prática de quaisquer outros atos para justificar ausências indevidas do local de trabalho, acarretarão ao seu autor, se por força das circunstâncias não houver cometimento de outra maior, a pena de: repreensão, na primeira ocorrência; – suspensão por 60 dias, na segunda ocorrência; demissão, na terceira.(E) Recebendo o autor, a conivência de terceiros, a estes será aplicada a mesma pena. Se o conivente for encarregado do ponto, ser-lhe-á aplicada, na primeira ocorrência, suspensão por 60 dias e, na segunda, a pena de demissão.



89. Entre os critérios de apuração para o preenchimento das condições essenciais e complementares ao merecimento do funcionário, definidas na Lei Estadual nº 10.460/1988 e atualizações, estão:
- I. o esforço despendido na execução do trabalho, seja através de sua agilidade mental memória, atenção, raciocínio, imaginação e capacidade de julgamento e planejamento e pela atenção visual exigida pelo trabalho em relação a detalhes.
 - II. a natureza de suas atribuições, tendo em vista a sua complexidade, tomando-se por base a maior ou menor diversidade das tarefas com variado grau de dificuldades técnicas, bem como a capacidade de pensar e agir com senso comum na falta de normas e procedimentos de trabalho previamente determinados, e, ainda de apresentar sugestões ou ideias tendentes ao aperfeiçoamento do serviço.
 - III. a capacidade, aferida pelo conhecimento das técnicas aplicáveis a seu campo de trabalho, seja pela qualificação escolar, seja através de treinamento específico, bem como pelo tirocínio demonstrado na absorção, em maior ou menor tempo, das peculiaridades das tarefas que lhe são cometidas.

Está correto o que consta em

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) III, apenas.

90. Sobre os termos e seus significados, considere o quadro abaixo.

TERMOS		SIGNIFICADOS	
A	Reintegração	I	É a investidura do funcionário em outro cargo mais compatível com a sua capacidade física, intelectual ou quando, sem causa que justifique a sua demissão ou exoneração, podendo efetivar-se de ofício ou a pedido.
B	Readmissão	II	É o retorno ao serviço ativo do funcionário em disponibilidade.
C	Reversão	III	É o reingresso ao serviço público sem ressarcimento de vencimentos e vantagens, do ex-ocupante de cargo de provimento efetivo.
D	Readaptação	IV	É o retorno à atividade do funcionário aposentado por invalidez, quando insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria, dependendo sempre da existência de vaga.
E	Aproveitamento	V	É o reingresso no serviço público do funcionário demitido, com ressarcimento de vencimentos e vantagens inerentes ao cargo, por força de decisão administrativa ou judiciária.

A correta correlação está em

- (A) A-II; B-III; C-IV; D-V; E-I.
- (B) A-V; B-III; C-II; D-I; E-IV.
- (C) A-V; B-I; C-III; D-II; E-IV.
- (D) A-V; B-III; C-IV; D-I; E-II.
- (E) A-III; B-II; C-I; D-V; E-IV.

91. Sobre a Licença-prêmio estabelecida na Lei Estadual nº 10.460/1988 e atualizações, é correto afirmar:

- (A) Os períodos de licença-prêmio não usufruídos pelo servidor, quando em atividade, poderão ser convertidos em pecúnia, exceto na hipótese de indeferimento do pedido de gozo em razão de necessidade do serviço público.
- (B) Suspende a contagem do tempo de serviço para efeito de apuração do quinquênio quando ocorrer: licença para tratamento da própria saúde, até 90 dias, consecutivos ou não; licença por motivo de doença em pessoa da família até 60 dias, consecutivos ou não; falta injustificada, não superior a 30 dias no quinquênio.
- (C) A cada quinquênio de efetivo exercício prestado ao Estado, na condição de titular de cargo de provimento efetivo, o funcionário terá direito à licença-prêmio de 2 meses, a ser usufruída em até 2 períodos de, no mínimo, 1 mês cada, com todos os direitos e vantagens do cargo.
- (D) Em caso de acumulação de cargos, a licença-prêmio não será concedida em relação a cada um deles simultânea ou separadamente.
- (E) Para efeito de aposentadoria será contado o tempo de licença-prêmio que o funcionário não houver gozado.



92. Sobre o Tempo de Serviço, tratado no capítulo IV da Lei Estadual nº 10.460/1988 e atualizações, é correto afirmar:

- (A) Será computado o tempo de serviço quando ocorrer licença por motivo de afastamento do cônjuge.
- (B) A apuração do tempo de serviço será computada em meses nos casos de cálculos de proventos de aposentadoria proporcional e disponibilidade.
- (C) Será computado o tempo quando ocorrer licença por motivo de doença em pessoa da família do funcionário quando não remunerada.
- (D) Não será contado integralmente, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de serviço prestado a instituição de caráter privado, que tiver sido encampada ou transformada em estabelecimento de serviço público.
- (E) A apuração é a liquidação do tempo de serviço público à vista dos assentamentos do funcionário, arquivados no órgão de pessoal responsável pela guarda daqueles documentos.

93. São deveres do funcionário, estabelecidos na Lei Estadual nº 10.460/1988 e atualizações:

- I. Levar ao conhecimento de seu chefe imediato as irregularidades de que tiver ciência, em razão de seu cargo, representando à autoridade superior, se aquele não levar na devida conta a informação prestada.
- II. Não guardar sigilo sobre os assuntos de natureza confidencial.
- III. Urbanidade.
- IV. Obediência às ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) II e III.
- (B) I, III e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) I e IV.
- (E) II, III e IV.

94. No exercício de cargo são consideradas transgressões disciplinares ao servidor, EXCETO:

- (A) cometer à pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados.
- (B) referir-se, de modo depreciativo ou desrespeitoso, em informação, requerimento, parecer ou despacho, às autoridades, a funcionários e usuários, bem como a atos da Administração pública, podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-los do ponto de vista doutrinário ou da organização do serviço.
- (C) exercer comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como acionista, cotista ou comanditário.
- (D) participar da gerência ou da administração de empresa de caráter cultural ou educacional.
- (E) dificultar ou deixar de levar ao conhecimento da autoridade competente, por via hierárquica e em 24 horas, queixas, denúncia, representação, petição, recurso ou documento que houver recebido, se não estiver na sua alçada resolver.

95. O desenvolvimento da carreira do servidor do Tribunal de Contas do Estado de Goiás ocorrerá pelos seguintes critérios:

- I. A promoção é a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior, mediante a avaliação, treinamento e qualificação, observado o interstício mínimo de 2 anos de efetivo exercício em relação à última progressão funcional ocorrida na classe anterior.
- II. Progressão Funcional é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, podendo dar-se por merecimento e antiguidade.
- III. Para Progressão Funcional deverá ser obedecido o interstício mínimo de 2 anos para a progressão por merecimento, devendo ser elaborada, a cada interstício, listagem de todos os servidores, relativa aos padrões de cada classe, e promovida à primeira metade dessa lista; 1 ano para a progressão por antiguidade.
- IV. Para Progressão Funcional deverá ser obedecido o interstício mínimo de 3 anos para a progressão por antiguidade, devendo ser elaborada, a cada interstício, listagem de todos os servidores, relativa aos padrões de cada classe, e promovida à primeira metade dessa lista; 1 ano para a progressão por merecimento.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) I e III.
- (E) I e II.

96. De acordo com a Lei Estadual nº 16.466/2009, os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato constante com substâncias tóxicas ou radioativas, ou em atividades com risco de vida permanente, farão jus a um adicional. Sobre esse adicional é INCORRETO afirmar:

- (A) A concessão dos adicionais obedecerá, subsidiariamente, as normas legais e regulamentares aplicáveis aos trabalhadores em geral.
- (B) Os adicionais serão concedidos nos percentuais de 10%, 15% e 20% do vencimento, conforme se tratar de insalubridade, periculosidade e riscos de graus mínimo, médio e máximo, respectivamente, não incorporáveis para fins de aposentadoria.
- (C) Os adicionais de insalubridade, periculosidade e de risco de vida são acumuláveis, cabendo opção expressa por eles.
- (D) Deve ser obedecido o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
- (E) O direito aos adicionais previstos cessa, automaticamente, com a eliminação das condições que deram causa à sua concessão.



97. De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 77/2010, o segurado que tenha ingressado no serviço público estadual até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições, EXCETO:
- (A) 10 anos no cargo em que se der a aposentadoria.
 - (B) 15 anos de carreira.
 - (C) 25 anos de efetivo exercício no serviço público.
 - (D) 35 anos de contribuição, se homem, e 30 anos de contribuição, se mulher.
 - (E) idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites de idade estabelecidos no art. 51, III, da referida Lei Complementar, de 1 ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do *caput*.
98. O direito ao salário-família cessa automaticamente quando uma das situações abaixo acontecerem, EXCETO quando
- (A) ocorrer recuperação da capacidade do filho ou enteado inválido, a contar do mês seguinte ao da cessação da incapacidade.
 - (B) ocorrer a morte do cônjuge ou companheiro, do filho ou enteado ou tutelado, a contar da data do óbito.
 - (C) o filho, ou enteado, ou tutelado completar 18 anos de idade, salvo se inválido, a contar da data do aniversário.
 - (D) houver a separação de fato ou judicial, ou pelo divórcio do segurado com o dependente na condição de cônjuge.
 - (E) ocorrer a dissolução da sociedade de fato do(a) segurado(a) com o(a) companheiro(a).
99. Para enfrentar as forças competitivas, segundo Ulrich (2010), o Departamento de RH deverá possuir 4 capacidades, EXCETO:
- (A) Agente de Mudança.
 - (B) Defensor dos Funcionários.
 - (C) Parceiro na execução da estratégia.
 - (D) Especialista Administrativo.
 - (E) Desenvolvedor da eficiência.
100. Diversos pesquisadores têm gerado conclusões a respeito do que venha a ser um bom profissional de RH. Recentemente pode-se sintetizar as pesquisas em 5 papéis dos profissionais de RH e entre eles estão:
- I. Dar ênfase na eficiência empresarial, por meio de estudos de tempos e métodos, para que a excelência seja alcançada.
 - II. Gerenciar os processos de mudança, por isso os profissionais de RH precisam ser capazes de planejar um processo de mudança e agir como arquitetos da mudança.
 - III. Criar culturas e locais de trabalho que desenvolvam capacidade individual e comprometimento com a empresa para assegurar uma capacidade sustentável e aumentar o capital intelectual.
 - IV. Demonstrar credibilidade pessoal, o que permite que esses profissionais tomem e assumam decisões difíceis.
- Estão corretos os papéis definidos em
- (A) I, II e IV, apenas.
 - (B) II e III, apenas.
 - (C) II, III e IV, apenas.
 - (D) I e III, apenas.
 - (E) I, II, III e IV.